

PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

Economia - Brasil À espera da Lei

• A Lei das Finanças Públicas, que vai estabelecer regras rígidas de controle de gastos, não será entregue hoje ao presidente. Talvez apenas uma minuta, mas não a lei em si. A afirmação é do presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Ele explica que a lei não tem impacto imediato e estabelece parâmetros para o futuro. "Serão regras de como governar as instituições fiscais para o resto da vida e vão valer para a preparação do orçamento de 2000."

Hoje o presidente recebe as metas fiscais para os próximos três anos e algumas das propostas de efeito imediato para se atingir as metas, como por exemplo o aumento da CPMF.

— Mas nem tudo será entregue hoje em seus mínimos detalhes — afirmou Gustavo Franco.

O critério segundo ele é que as medidas que terão efeito de mais curto prazo estarão no programa fiscal que será entregue ao presidente, mas outras mudanças que terão efeito no médio prazo ainda estão sendo preparadas.

— A Lei das Finanças Públicas é a regulamentação do artigo 163 e 165 da Constituição e vai mudar totalmente o regime fiscal do país. Mas não terá efeito imediato.

Gustavo Franco nega que o Brasil tenha "convencido" o FMI a aceitar a política cambial. O assunto, segundo ele, sequer foi discutido no Fundo.

Opinião de alguns técnicos é apenas opinião. Não foi levada à mesa de negociação.

— A política cambial não muda porque não tem que mudar. Seria uma insensatez num mundo instável como este. Além disso ela nos dá tudo o que precisamos: uma desvalo-

rização real gradual, aumento da competitividade das exportações, sem afetar a inflação ou provocar qualquer tipo de descontrole.

Os defensores da desvalorização tem um argumento "cínico" na expressão de Gustavo Franco.

— Dizer que o câmbio tem que ser desvalorizado é o mesmo que dizer que os salários estão altos. Mexer no câmbio é reduzir salário. Só que ninguém fala isto abertamente porque não seria politicamente correto. A direita delfiniana sempre quis reduzir os salários para aumentar a remuneração do exportador. O que é um pouco espantoso é que a esquerda defenda isto também.

Segundo Gustavo Franco a carta de intenções com o FMI deve incluir apenas metas fiscais e não as outras metas que antigamente eram incluídas como a de política monetária — através do conceito de crédito interno líquido — reservas internacionais e endividamento externo.

Gustavo Franco disse que continua estudando a possibilidade de aumentar o IOF sobre capitais de curto prazo, mas não quis adiantar se e quando tomará a medida.